

Moçambique: bispos denunciam abusos da «operação produção»

Thomas Nguenha, de 17 anos de idade, foi forçado pela Polícia a deixar a sua escola, no Maputo, e a seguir para a longínqua província de Niassa, porque se tinha esquecido do cartão de estudante. Por seu turno, Marta Mulungo foi enviada para o Niassa, juntamente com os seus seis filhos, enquanto o marido ficou no Maputo. E, se Pedro Vembane se encontra actualmente, contra sua vontade, a trabalhar nos campos de reeducação do norte do país, é porque invejava o salário do mecânico que lhe reparava o telefone, segundo um membro da «FRELIMO», o partido moçambicano actualmente no poder.

Estes casos são outros tantos dramas desencadeados em Moçambique desde que o governo do presidente Samora Machel decidiu, em Junho de 1983, desembarcar as cidades superpovoadas — Maputo, Beira, Nampula — dos desempregados «parasitas» e de outros indesejáveis (prostitutas, candonqueiros, etc.), para lhes distribuir trabalho útil nos campos.

FOME E POBREZA

Contudo, este programa, baptizado oficialmente com o nome «operação produção», deu lugar a abusos tais que os bispos católicos moçambicanos pressionaram em Maio último o Governo para que



Sem responder aos bispos católicos, Samora Machel demitiu já os ministros da Polícia e da Segurança, implicados nas deslocações forçadas

reveja completamente o programa. Os prelados sublinharam que tais medidas, «um verdadeiro pesadelo para vários milhares de cidadãos», contribuem para prolongar uma guerrilha levada a cabo desde há quatro anos pela resistência moçambicana de direita.

A imprensa moçambicana descreve as condições de fome e de pobreza em que vivem os «deportados» das cidades enviados para as províncias pouco povoadas

ram que a operação tinha sido concebida como um meio de levar os «marginais» a efectuar trabalhos rendíveis e a desenvolverem a agricultura moçambicana, que regista um elevado défice alimentar.

Na realidade, este programa provocou «sérias situações de violência e de injustiça», constataram os prelados. «São numerosos os homens e as mulheres deste país que a operação produção condenou à vergonha, à fome, à humilhação e, até mesmo, à morte».

Os bispos fizeram um apelo a favor da libertação imediata das pessoas presas e deportadas injustamente. O texto, intitulado «a urgência da paz», denuncia também a brutalidade utilizada pelo Exército contra os civis, dizendo que tal facto pode atizar a guerrilha, apesar de ter sido assinado em Março último o Tratado de Paz de Nkomati, com a África do Sul.

Embora o Governo não tenha respondido publicamente à carta dos religiosos, o presidente Machel demitiu no passado dia 15 de Junho, os ministros da Polícia e da Segurança, Armando Guebuza e Mariano Matsihne, largamente implicados nas deslocações forçadas da população no quadro da «operação produção», depois de os ter acusado «de prenderem muitas pessoas e de as esquecerem depois».

do Niassa e de Cabo Delgado, 1 500 km a norte do Maputo. Segundo a revista «Tempo», desde o ano passado foram enviados cerca de 40 mil moçambicanos. Muitos destes «novos residentes» queixam-se amargamente do tratamento que lhes é reservado.

DEPORTAÇÕES INJUSTAS

Numa carta datada de 7 de Maio, que não foi publicada pela Imprensa do país, os bispos católicos reconhece-